



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

VALÉRIA PEDRO DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE
DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CUITÉ DE MAMANGUAPE - PB**

CUITÉ DE MAMANGUAPE – PB

2018

VALÉRIA PEDRO DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE
DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CUITÉ DE MAMANGUAPE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Ma. Eliete Fernandes Matias

CUITÉ DE MAMANGUAPE – PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

S586o Silva, Valeria Pedro da.

A organização do espaço na Educação Infantil: um olhar sobre duas escolas do Município de Cuité de Mamanguape - PB. / Valeria Pedro da Silva. - João Pessoa, 2018.
40 f. : il.

Orientação: Eliete Fernandes Matias.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Educação Infantil. Espaço Escolar. Ensino. I. Fernandes Matias, Eliete. II. Título.

UFPB/BC

VALÉRIA PEDRO DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE
DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CUITÉ DE MAMANGUAPE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Ma. Eliete Fernandes Matias

Aprovada em: _____/_____/2018

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela força e coragem durante toda esta caminhada. E aos pilares da minha vida, que são os meus pais, por terem me preparado para os desafios da vida e por sempre estarem me apoiando nos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao autor da existência, aquele que permite que todas as coisas se concretizem: ao meu Deus, pai todo poderoso. Em segundo lugar, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção dos meus valores. Aos colegas e amigos que compartilharam comigo experiências, angústias, desafios, medo e etc. ao longo de toda esta jornada acadêmica. A Rivamberg Virgulino, por ter me dado total apoio e incentivo nesse trajeto. A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que me oportunizaram um horizonte superior.

A minha orientadora, Eliete Matias, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A todos vocês que fizeram parte desta etapa me proporcionando formação como profissional da educação e oportunizando o aprimoramento dos meus conhecimentos, oferto a todos o meu carinho e respeito. A vocês dedico esta vitória, a quem minha gratidão será sempre eterna.

“N3o h3a saber mais ou saber menos: h3a saberes diferentes.” (Paulo Freire)

RESUMO

A organização do espaço escolar reflete sobremaneira as concepções curriculares das instituições de ensino, sendo determinante também no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Na Educação Infantil, período da vida escolar no qual as necessidades educacionais são ainda mais expressivas, a organização do espaço/tempo torna-se uma necessidade muito mais complexa e desafiadora. Essa complexidade não está vinculada apenas ao caráter didático e pedagógico desenvolvido pelas instituições de ensino. Ela transita também por traços históricos profundos e fundamentais, como as próprias concepções histórico-culturais e sociais sobre criança, infância e direito. Portanto, é na urgência em se investigar como as escolas vêm organizando seus espaços, que surge o interesse por esta pesquisa, cujo objetivo geral foi investigar como os professores de duas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba, organizam os seus espaços pedagógicos na Educação Infantil. Tal objetivo surge a partir da seguinte questão: como a organização dos espaços pedagógicos na Educação Infantil vem sendo concebidos pelos professores? Os aspectos metodológicos do estudo compreenderam uma pesquisa de campo, realizada mediante aplicação de questionários semiestruturados com perguntas subjetivas que contribuíram de forma significativa para coleta dos dados, na intenção de alcançar os objetivos indicados. Os sujeitos da pesquisa foram 6 professores (as) que integram o quadro de servidores de duas Escolas Municipais da cidade de Cuité de Mamanguape. Os resultados alcançados na pesquisa apontaram que mesmo havendo uma clara vontade dos (as) professores (as) em desenvolverem um trabalho coeso e comprometido com os aspectos vinculados ao desenvolvimento das crianças, ainda são inúmeros os desafios a serem superados no que diz respeito a organização dos espaços na Educação Infantil. Neste sentido, identificou-se que apesar de estarem inseridas nos planejamentos pedagógicos, algumas questões importantes, como a ativa participação das crianças na construção dos seus espaços e o modo como estes espaços são concebidos pelos (as) professores (as), ainda são questões pouco exploradas e, portanto, passíveis de novos olhares sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Infantil. Espaço Escolar. Ensino.

ABSTRACT

The organization of the school space greatly reflects the curricular conceptions of educational institutions, being also determinant in the process of teaching and learning of children. In Early Childhood Education, a period of school life in which the educational needs of young children are more expressive, the organization of space / time becomes a much more complex and challenging need. This complexity is not only linked to the didactic and character of educational institutions, but it also has profound historical traits such as the historical-cultural and social conceptions of infancy. Therefore, in the emergency to investigate how schools have organized their spaces, interest arises from this research, whose general objective was to investigate how the teachers of two Schools of the Public Education Network of the city of Cuité de Mamanguape, Paraíba, organize their spaces in Early Childhood Education. This objective arises from the following question: how is the organization of the pedagogical space in Early Childhood Education? The methodological aspects of the study comprised a field research, carried out through the application of questionnaires with subjective questions that contributed in a significant way to the reaching the indicated objectives. The subjects of the research were 6 teachers of 2 public schools. The results achieved in the research pointed out that even though there is a clear willingness of the teachers to develop a cohesive and committed work with the aspects related to the development of the children, there are still many challenges to be overcome with regard to the organization of spaces in Early Childhood Education. In this sense, it was identified that although they are inserted in the pedagogical plans, some important questions, such as the active participation of the children in the construction of their spaces and the way these spaces are conceived by the teachers, are still little explored therefore with there are possibilities of new looks on the topic.

Keywords: Child Education. School Space. Teaching.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Percentual de professores que afirmaram abordar o tema “organização dos espaços pedagógicos” em seus planejamentos.....25
- Gráfico 2** Percepção dos professores sobre o papel das crianças na construção dos espaços na Educação Infantil29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. A CRIANÇA, A INFÂNCIA E O DIREITO NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL: ABORDAGENS PRELIMINARES	15
2.1 A Educação Infantil sobre o prisma da legislação educacional brasileira: avanços e retrocesso	17
2.2 O Espaço escolar como lugar de identidade e construção social das crianças pequenas	19
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
3.1 Classificação da pesquisa quanto a abordagem	22
3.2 Classificação quanto aos procedimentos.....	22
3.3 Amostra participante da pesquisa.....	22
3.4 Instrumentos de coleta dos dados.....	23
4. PROCESSOS DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	24
4.1 A organização dos espaços no campo do planejamento pedagógico dos professores	24
4.2 A concepção dos espaços pedagógicos na rotina dos professores: desafios e possibilidades.....	27
4.3 O papel das crianças na construção dos espaços na Educação Infantil: atores ou coadjuvantes?	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICES	35

1 INTRODUÇÃO

A construção social sobre o atendimento educacional em creches e pré-escolas foi marcada, em grande parte, por ações que priorizaram apenas a guarda das crianças, sem considera-las como sujeitos de direitos. De forma massificada, a Educação Infantil, e em particular as creches, destinavam-se majoritariamente ao atendimento das crianças em estado de vulnerabilidade social e organizavam-se com base na lógica da pobreza, ou seja, os serviços oferecidos — tanto pelo poder público, quanto por entidades religiosas e filantrópicas — não eram vistos como um direito subjetivo das crianças e de suas famílias, mas sim como uma doação, desenvolvida sem grandes esforços humanos e financeiros. Por serem destinados às populações em extrema situação de vulnerabilidade social, os serviços ofertados eram justificados como uma questão de “caridade” e não como uma ação legitimada pelo Estado. (BRASIL, 2006).

Desta forma, no processo de luta pela oferta de espaços educacionais com as condições mínimas de assistência, “as populações pobres [...] procuraram criar espaços coletivos para acolher suas crianças, organizando creches e pré-escolas comunitárias. Para tal, construíram e adaptaram prédios com seus próprios e poucos recursos”. (BRASIL, 2009, p. 9).

Em tempos mais recentes, em contraposição a esta realidade, avanços vem sendo percebidos no que diz respeito a efetiva ampliação do direito das crianças a uma escola mais justa e democrática. Entretanto, ainda são profundas as deficiências das instituições públicas de ensino — sejam elas estaduais ou municipais — no que diz respeito à adequação dos seus espaços as reais necessidades das crianças e ao efetivo cumprimento do que determina a legislação educacional, especialmente os parâmetros definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

No percurso histórico de luta pela oferta de educação para a infância, muitas pesquisas, propostas e práticas — principalmente no âmbito dos movimentos sociais e das organizações comunitárias — vêm buscando afirmar a importância de se promover uma educação de qualidade para todas as crianças, o que envolve também os ambientes construídos e a sua capacidade em fornecer as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das crianças matriculadas na Educação Básica.

Com a promulgação da Constituição de 1988, as crianças passaram a ter o seu direito amplamente assegurado juridicamente. Este fato histórico representou um grande passo ao estabelecer como dever do Estado, por meio dos Municípios, garantia à Educação Infantil, com

acesso para todas as crianças de 0 a 5 anos a creches e pré-escolas. Essa conquista da sociedade significou uma mudança de concepção sobre os direitos das crianças. Desta forma, a Educação Infantil deixava de se constituir em caridade para se transformar, ainda que apenas legalmente, em obrigação do Estado e direito pleno das crianças.

Com o direito das crianças assegurado pela norma, mas ainda distante de uma ação concreta, demandava-se também que a legislação educacional posterior à promulgação da Constituição de 1988, tratasse de organizar as bases legais e a oferta de espaços adequados para as crianças. Desde então, muitas experiências positivas têm emergido em diferentes espaços educacionais. Entretanto, a definição e implementação das políticas públicas sobre a organização dos espaços para a Educação Infantil, ainda é uma realidade marcada por contrastes, sendo necessário, portanto, novos olhares sobre este tema no campo das pesquisas em educação.

Nesta perspectiva, refletir sobre como esses espaços de construção social das crianças são concebidos significa também contribuir com o desenvolvimento de uma ação educativa mais justa, no sentido de compreender em que medida as instituições de ensino responsáveis pela educação na primeira infância guiam-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, buscando canalizar melhor os seus recursos como forma de melhoria da qualidade dos espaços destinados educação das crianças matriculadas na primeira fase da educação básica.

Portanto, é na urgência em se investigar como as escolas vêm organizando seus espaços na Educação Infantil, que surge o interesse por esta pesquisa. Desta forma, consideramos que tal estudo será relevante para a sociedade e para o meio científico, por abordar um tema que ainda necessita de ajustes conceituais e novos olhares, principalmente sobre as condições dos espaços ofertados pelo poder público, bem como as ações pedagógicas desempenhadas pelos (os) professores (as), uma vez que estes influenciam diretamente na qualidade do aprendizado das crianças.

Portanto, é com base nestas explicações primárias que reside o problema desta pesquisa, cuja questão buscou identificar: como os (as) professores (as) de duas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba, organizam os seus espaços pedagógicos na Educação Infantil?

Nesta perspectiva, este trabalho possui como objetivo geral investigar como os professores de duas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba, organizam os seus espaços pedagógicos na Educação Infantil.

Como objetivos específicos, a pesquisa busca: (I) Apontar a partir dos teóricos elencado e de documentos oficiais, algumas concepções de infância e direitos das crianças na perspectiva educacional; (II) verificar como os professores colaboradores da pesquisa, fazem o uso do espaço escolar, considerando a legislação da Educação Infantil; e (III) identificar a percepção dos professores sobre a organização do espaço escolar como influência no processo de ensino - aprendizagem das crianças.

A metodologia utilizada para a pesquisa baseia-se em uma investigação qualitativa descritiva. Para tentar alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa campo em duas escolas municipais da cidade de Cuité de Mamanguape, buscando compreender e refletir como os professores têm organizado o tempo/espaço na Educação Infantil. Para tanto, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, questionários semiestruturados com questões abertas. Participaram voluntariamente do estudo 6 professores (as) da Educação Infantil lotados na Secretaria de Educação do Município de Cuité de Mamanguape.

A organização do trabalho está dividida em três capítulos complementares. No primeiro: A criança a infância e o direito na perspectiva educacional: abordagens preliminares, encontram-se elencados os referenciais teóricos da pesquisa, cujas bases se desenvolveram a partir da leitura, análise e sintetização das ideias conceituais sobre a organização dos espaços escolares e sua importância para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. No segundo capítulo: Aspectos metodológicos, são apresentados os critérios metodológicos adotados no processo de coleta dos dados levantados na pesquisa de campo, realizada junto aos (as) professores (as) de duas Escolas Municipais de Educação Infantil da cidade de Cuité de Mamanguape. No terceiro capítulo: Processos de análise e discussão de resultados, estão dispostas as discussões e os resultados alcançados na pesquisa.

A pesquisa de campo realizada apontou que mesmo havendo uma clara vontade dos (as) professores (as) em desenvolverem um trabalho coeso e comprometido com os aspectos vinculados ao desenvolvimento das crianças, ainda são inúmeros os desafios a serem superados no que diz respeito a organização dos espaços na Educação Infantil. Neste sentido, identificou-se que apesar de estarem inseridas nos planejamentos pedagógicos, algumas questões importantes, como a ativa participação das crianças na construção dos seus cantos e o modo como os espaços são concebidos pelos (as) professores (as), ainda são questões pouco exploradas e, portanto, passíveis de novos olhares sobre o tema.

Considerando a realidade das escolas analisadas e de tantas outras cuja pesquisa não visou investigar, infere-se que para garantir que os espaços pedagógicos sejam vistos como

parte essencial na Educação Infantil é preciso uma mudança de paradigmas. Neste sentido ampliar o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino, principalmente no tocante a reformulação dos currículos, e investir na formação dos (as) professores (as) são políticas públicas que se amplamente efetivadas, podem contribuir com a melhoria da Educação Infantil, no sentido de torná-la mais democrática e humana para aqueles cuja história persistiu denegar, quais sejam: as crianças pequenas.

Portanto, esperamos que este trabalho amplie o debate, tanto no âmbito acadêmico como social, sobre como os espaços na Educação Infantil vem sendo concebidos, refletindo a importância do cuidado, da socialização, da participação democrática e do efetivo reconhecimento das crianças como sujeitos de direito a uma educação justa e alinhada com as suas necessidades globais.

2. A CRIANÇA, A INFÂNCIA E O DIREITO NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL: ABORDAGENS PRELIMINARES

No que pese ao direito das crianças ao acesso à Educação Infantil no Brasil, até a década de 1980 essa noção era uma condição completamente abstrata no âmbito da implementação das políticas públicas. Somente a partir da redemocratização brasileira, com a promulgação da Constituição de 1988, as crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitos dotados de direitos e o Estado o agente responsável pela validação das prerrogativas legais que asseguram o acesso ao espaço escolar de forma gratuita, universal e irrestrita.

Entretanto, antes de adentrarmos na ceara que trata da ampliação dos direitos das crianças, da educação e da legislação que orienta a organização do tempo/espaço na Educação Infantil, é preciso retomar alguns pontos fundamentais sobre a relação histórica entre criança, infância e direito.

Ora, não percamos de vista que a concepção de criança e infância são fenômenos típicos da contemporaneidade. Sobre esta condição Cohn (2005) diz, que desde a década de 1960, os conceitos fundamentais da antropologia, como cultura e sociedade ou estruturas sociais, foram profundamente reformulados. Ainda para a autora, um fenômeno fundamental ocorre neste período: as crianças passam a ser reconhecidas nos estudos antropológicos como sujeitos sociais.

Em reforço a esta tese, Matos (2015, p. 3) diz que “a antropologia ao rever o conceito de cultura passa a compreender as crianças como atores sociais, criando seus próprios papéis. Deste modo é vista como um ser social pleno”.

Matos (2015) afirma ainda que a abordagem conceitual de infância é um fenômeno histórico que foi profundamente modificado a partir das transformações sociais e econômicas advindas da sociedade contemporânea. Isso implica afirmar que essa construção social foi, de certa forma, sendo moldada pelas grandes rupturas históricas e culturais até chegar ao que hoje entendemos como infância.

Philippe Ariès (1914-1984), em seu clássico livro “*História social da Criança e da Família*” (1978), considerada umas das obras fundamentais sobre a análise antropológica das crianças no âmbito familiar, descreve bem o sentimento social da infância ao afirmar que:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória a tocar a sensibilidade. Contudo, um sentimento da criança [...] era reservado a criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As

peças se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns dias podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chega a sair de uma espécie de anonimato. (PHILIPPE ARIÈS, 1978, p. 7).

Para Cohn (2005), o clássico estudo de Philippe Ariès sobre as crianças e a vida familiar, define de forma cabal que a concepção de infância é uma construção social moldada segundo a organização sócio - histórica, econômica e cultura do Ocidente.

Ela [a infância] não existe desde sempre, e o que hoje entendemos por infância foi sendo elaborado ao longo do tempo na Europa, simultaneamente com mudanças na composição familiar, nas noções de maternidade e paternidade, e no cotidiano e na vida das crianças, inclusive por sua institucionalização pela educação escolar. O que Ariès nos mostra é a construção histórica do que denomina um sentimento da infância. Este não deve ser entendido, vale dizer, como uma sensibilidade maior à infância, como um sentimento que nasce onde era ausente, mas como uma formulação sobre a particularidade da infância em relação ao mundo dos adultos, como o estabelecimento de uma cisão entre essas duas experiências sociais. Portanto, contemporaneamente, os direitos das crianças e a própria ideia de menoridade não podem ser entendidos senão a partir dessa formação de um sentimento e de uma concepção de infância. (COHN, 2005, p.14).

Esta colocação aponta que a concepção de infância não é uma condição universal e que há culturas nas quais a mesma sequer existe, ou existe sobre outras formas. É claro que a ampliação desta discussão levaria a análise pretendida neste trabalho para um campo de discussão que não essencialmente o educacional e exigiria um esforço descomunal, no sentido de analisar antropologicamente como se organizam outras culturas e como estas concebem — ou não — o ser criança segundo suas convicções, modos de vidas e organização social.

Entretanto, conforme aponta Cohn (2005) não podemos deixar de lembrar que, mesmo nas sociedades do ocidente, a história segue a sua dinâmica, e neste transcorrer a ideia de infância tem passado por profundas modificações ao longo das décadas.

Diz a autora ainda que

[...] mesmo uma antropologia da criança que seja feita em uma realidade sociocultural muito próxima à do antropólogo não pode prescindir de uma reflexão sobre o que é ser criança nesse contexto, e de que infância se está falando. Afinal “crianças existem em toda parte, e por isso podemos estudá-las comparando suas experiências e vivências; mas essas experiências e vivências são diferentes para cada lugar, e por isso temos que entendê-las em seu contexto sociocultural” (COHN 2005, p. 16 *apud* MEAD, 1930).

Da mesma forma, os espaços nos quais a Educação Infantil se desenvolve não são homogêneos e sua dinâmica reflete todo um contexto social, cuja análise somente pode ser

percebida a partir do olhar atento sobre as práticas e relações cotidianas estabelecidas no ambiente escolar.

2.1 A Educação Infantil sobre o prisma da legislação educacional brasileira: avanços e retrocesso

Com a promulgação da nova carta constitucional brasileira de 1988, uma luz foi posta sobre os direitos das crianças, no sentido de serem reconhecidas como pessoas dotadas de necessidades universais e fundamentais, especialmente a educação.

Esta conquista, movida muito fortemente pela luta histórica dos movimentos sociais, encontra-se explicita no artigo 208 da Constituição Federal, cujo texto estabelece que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV — Educação Infantil, em creche e pré-escolas, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. (BRASIL, 1988).

Neste contexto, a responsabilização do Estado pela educação das crianças representou um avanço gigantesco da sociedade civil e, de certa forma, corrigiu as máculas históricas sobre a negação dos direitos das crianças a uma educação e a uma escola ajustada às suas necessidades.

Entretanto, a mera formalização da legislação, mesmo que reconhecido o seu mérito, não tem refletido de forma universal a materialização do acesso a uma escola cidadã. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), ainda são profundas as lacunas na Educação Infantil brasileira. A histórica precariedade na qual se desenvolveu as ações educacionais destinadas às crianças assistidas pela Educação Infantil no Brasil, vem sendo evidenciada por diversos trabalhos desde a década de 1980.

Correa (2011, p. 2) afirma que

Desde as primeiras creches, financiadas pelo setor privado e destinadas à infância pobre; e os primeiros jardins de infância públicos, destinados a uma pequena elite, muita coisa mudou. A pressão das famílias e, especialmente, do movimento feminista, as sucessivas tentativas de aplacar os “riscos” representados por contingentes cada vez maiores de grupos empobrecidos da população e, mais recentemente, a ampliação das pesquisas sobre a Educação Infantil foram, todos, determinantes para que houvesse, ao longo da história, mudanças significativas nessa área.

Nesta perspectiva, desde a promulgação da Constituição de 1988, acompanhada da obrigatoriedade do Estado em reconhecer a educação da criança como um direito e não como

um favor, muitas outras propostas foram levantadas, no sentido de atenuar os anos de atraso na implementação das políticas públicas para a no Brasil. São leis, decretos, programas governamentais e diretrizes curriculares, a exemplo da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização das propostas pedagógicas para esse segmento da educação.

De fato, as transformações mais proeminentes para Educação Infantil começaram a ganhar maior visibilidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº 9.394/1996). Neste documento, é possível vislumbrar de forma mais concreta a criança como um ser provido da proteção estatal, entretanto, ainda carente da sua efetiva ação no campo educacional, um reflexo talvez do esquecimento histórico vivido em anos anteriores.

Na LDBEN nº 9.394/1996, lei que regulamenta a educação em âmbito nacional, definindo limites e responsabilidade aos entes federados, assim está elencada a importância da Educação Infantil:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1988).

Desta forma, a letra da lei rompe com a concepção histórica na qual as crianças encontravam-se desprovidas da tutela do Estado. Emergia com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, um sujeito de direito e legalmente reconhecido como um ser capaz de ter o pleno reconhecimento das suas dimensões sócio - afetivas, física, psicológica e educacional garantidas pela nova Constituição democrática. Na mesma medida, o documento responsabiliza também as famílias e os meios comunitários como atores incumbidos da construção social dos pequenos. Mas se as crianças têm agora o seu direito assegurado na Constituição brasileira, o espaço para validar essa prerrogativa também devia estar garantido. Deste modo, em sua seção II, Art. 30, que trata especificamente da Educação na primeira infância, está determinado que a Educação Infantil será oferecida em:

I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade;

II – Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 1988).

De acordo com Matos (2015, p. 5), a preocupação do Estado não deve se limitar apenas à oferta do ensino na Educação Infantil. Para o autor, além desta obrigação o Estado tem o dever de organizar as propostas curriculares pedagógicas, provendo todo o aparato legal de inserção

na primeira etapa da Educação Básica como uma política vinculada a duas funções indispensáveis e indissociáveis, quais sejam: educar e cuidar das crianças de forma universalizada, gratuita e irrestrita.

2.2 O Espaço escolar como lugar de identidade e construção social das crianças pequenas

Como visto nas primeiras colocações apresentadas nos tópicos iniciais desta pesquisa, a dificuldade para se trabalhar com Educação Infantil no Brasil, mesmo com a ampla legislação em vigor, não são pequenas. Estas dificuldades também não são postas como fenômenos políticos e sociais recentes e refletem todo um contexto histórico que há décadas persiste no Brasil na forma da precariedade e escassez de recursos nos espaços destinados à Educação Infantil.

Nesta perspectiva, no tocante a organização dos espaços escolares, deve-se levar em consideração que a primeira etapa da Educação Básica representa para as crianças a possibilidade de construção de vínculos sociais e afetivos importantes. Entretanto, a inserção em um novo ambiente que não mais o lar, mesmos que transitoriamente, representa também uma profunda ruptura com seus laços familiares.

Desta forma, as crianças precisam encontrar neste novo ambiente todas as condições favoráveis que lhes permita sentir-se confortável, segura e amparada neste espaço que ainda se mostra como estranho e desconhecido. O contrário disto, pode ser decisivo para o sucesso ou fracasso das etapas de ensino que sucedem a educação básica.

Da mesma forma que o direito das crianças ao ensino, “não há dúvida que o tema dos espaços é uma novidade na educação. E o é ainda mais no âmbito da Educação Infantil”. (FORNEIRO *et al*, 2007, p. 229).

Portanto, com a introdução do novo advento de uma cultura organizativa dos ambientes escolares, mesmo com as carências, as crianças passaram a encontrar nas creches e pré-escolas, um espaço mais próximo do núcleo familiar e os pais, por sua vez, a reconhecer este recentíssimo direito das crianças como uma ação legítima a ser ofertada pelo Estado.

Forneiro *et al* (2007, p. 229), ao discorrer sobre a concepção de espaço no contexto escolar, afirma que

Com a chegada dos “cantos” e a organização funcional das salas de aula aconteceu uma verdadeira revolução na forma de conceber uma aula de Educação Infantil e na forma de organizar o trabalho na mesma. Nos últimos anos, foram dados muitos passos à frente e hoje faz parte da “cultura” profissional dos professores(as) dessa etapa educacional que o espaço de suas aulas seja um recurso polivalente que podem

utilizar de muitas maneiras e do qual podem extrair grandes possibilidades para a formação. O tema do espaço escolar e as possibilidades de formação que oferece estruturam-se, do nosso ponto de vista, em torno de quatro questões básicas: O que é o espaço? Como deve ser organizado? Como os professores(as) e as crianças o utilizam? Como e quem o avalia?

Sem desconsiderar a colocação de Forneiro como um todo, atemo-nos aos pontos de vista apresentados pelo autor ao final de sua ponderação, posto que estas são questões básicas que orbitam sobre a organização do tempo/espaço das instituições de Educação Infantil.

No Brasil, como já explanado, o direito das crianças a educação ainda se encontra em fase de consolidação e para que tal prerrogativa exista é preciso “forçar” o Estado a desenvolver políticas públicas que supram as profundas carências no âmbito da educação básica. No que se refere a organização dos espaços, assim como em outras demandas educacionais, a legislação também cuidou de criar mecanismos jurídicos que asseguram às crianças o pleno direito a um ambiente que propicie o seu amplo desenvolvimento.

Após a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), emerge também a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na primeira etapa da Educação Básica em âmbito nacional.

Nas DCNEIs, além das concepções pedagógicas que devem ser adotadas na Educação Infantil, a organização dos espaços também está representada como eixo fundamental para o desenvolvimento das crianças. Neste contexto, o documento determina que para “efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prover condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais”. (BRASIL, 2009, p. 21).

Para tanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil — ao tratar da organização dos espaços, do tempo e dos materiais — define que estes ambientes pedagógicos devem criar condições adequadas e suficientes que assegurem as crianças:

A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

A indivisibilidade das dimensões expressivo - motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América. (BRASIL, 2009, p. 21).

Ainda em plena consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, aparecem também outros documentos legais, de caráter mais técnico, que tratam de orientar o processo de organização e estruturação dos espaços educacionais para o ensino da Educação Infantil no Brasil. São exemplo destes documentos os Parâmetros Básicos de Infra - Estrutura para Instituições de Educação Infantil, elaborados em 2006 pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Básica do Governo Federal (SEB).

De forma geral, estes parâmetros são importantes porque orientam melhor o processo de implementação das políticas públicas para a organização estrutural das unidades de ensino destinadas a Educação Infantil. Entretanto, apesar dos esforços e da qualidade técnica das propostas elencadas nos Parâmetros Básicos de Infra - Estrutura para Instituições de Educação Infantil, os desafios para se consolidar essas políticas públicas são evidentes. Como fatores determinantes desta dificuldade, estão a multiplicidade dos espaços territoriais e as profundas diferenças nas características regionais e políticas existentes no Brasil.

Nesta perspectiva, portanto, a efetivação destas políticas ainda não são uma realidade universalizada, como determina a Constituição de 1988. Contudo, tanto as escolas — com suas experiências e práticas — quanto as entidades comunitárias — frentes a suas lutas históricas — tem demonstrado empenho na construção de uma prática pedagógica mais significativa e humana para Educação Infantil.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa quanto a abordagem

Esta pesquisa possui uma abordagem de caráter qualitativo, visto que se pretende identificar como os professores de duas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba, organizam os espaços pedagógicos da Educação Infantil, de tal modo que estes contribuam com o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Nessa direção a pesquisa qualitativa se aplica, por ser o fenômeno estudado impossível de quantificar.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) dizem que

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

3.2 Classificação quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de campo. Para Fonseca (2002, *apud* GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 31) “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa [...]”.

Neste sentido, a opção pelo método buscou estabelecer um confronto entre as dimensões teóricas já postas pela comunidade científica e a realidade vivenciadas nos espaços de investigação, quais sejam: duas Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil localizadas na cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba.

3.3 Amostra participante da pesquisa

Participaram voluntariamente da pesquisa 6 (seis) professores (as) de duas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Cuité de Mamanguape.

3.4 Instrumentos de coleta dos dados

No processo de coleta dos dados da pesquisa de campo, foram utilizados questionários semiestruturados com questões abertas sobre o problema da pesquisa e direcionadas aos exclusivamente aos professores (as) que atuam nas unidades de ensino municipais da cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba.

4. PROCESSOS DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos na pesquisa de campo foram confrontados com outras produções acadêmicas já desenvolvidas sobre o tema abordado. A intenção deste confronto evidenciou algumas questões já colocadas em pauta pela literatura, revelando a necessidade de novas proposituras no campo das pesquisas em educação e, mais acentuadamente, ações pedagógicas que se destinem ao aprimoramento e melhoria dos trabalhos futuros que tratem do modo como os espaços da Educação Infantil são concebidos.

Evidenciou-se também na pesquisa um profundo distanciamento entre aquilo que propõem a legislação e a realidade concreta apresentada pelas unidades de ensino analisadas no estudo.

Nesta perspectiva, em se tratado das Escolas analisadas, estas abordagens conceituais sobre a organização dos espaços foram evidenciadas a partir da fala dos professores envolvidos na pesquisa. A partir dos questionamentos apresentados e das respostas fornecidas por meio dos instrumentos de coleta de dados, pode-se identificar qual a visão dos professores sobre as concepções de espaço, bem como suas percepções sobre a correlação entre os espaços pedagógicos e o processo de ensino aprendizagem das crianças matriculadas na Educação Infantil.

Forneiro (1998) ao discorrer sobre a definição de “espaço” e “ambiente” no âmbito escolar, descreve que

O termo espaço refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais para a atividade caracterizados pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração. Já, o termo ambiente refere-se ao conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem no mesmo (afetos, as relações interpessoais entre as crianças, entre crianças e adultos, entre crianças e sociedade em seu conjunto). (FORNEIRO, 1998, p. 232-233).

Esta diferenciação entre “espaço” e “ambiente” não é uma condição claramente perceptível pelos (as) professores (as) avaliados (as) no estudo, de modo que ambos ainda são concebidos como estruturas únicas.

4.1 A organização dos espaços no campo do planejamento pedagógico dos professores

Quando questionados se no planejamento das atividades pedagógicas eram contempladas as questões vinculadas a organização dos espaços na Educação Infantil, todos os professores das unidades de ensino analisadas foram unânimes ao responderem que

contemplam em seus planejamentos as questões vinculadas a organização dos espaços. Sobre esta questão o (a) professoro (a) 1 diz

Sempre busco contemplar em meu planejamento questões que possam ajudar meu aluno a conhecer melhor cada espaço da escola, como também da importância do respeito mútuo no geral. Procuro deixar o aluno à vontade para expor suas indagações e juntos tirarem todas as dúvidas (Fala atribuída a professora 1).

Este apontamento representa um ponto muito positivo na construção da identidade das crianças, pois possibilita que estas sejam enxergadas como parte fundamental dos processos pedagógicos das escolas.

Para Jesus e Germano (2013) o planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita aos professores encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças. Para o autor, o planejamento deve ser uma atividade contínua, no qual os professores não somente escolhem os conteúdos a serem passados, mas também faz todo um processo de acompanhamento, onde diagnostica os avanços e dificuldades da turma.

Esse posicionamento coaduna com a fala da professora 2, quando afirma que “sabe da importância de organizar esses espaços, de modo que possibilitem as crianças pequenas um amplo contato com os objetos da cultura”.

Alinhada à ideia de aproximação com os elementos que favoreçam a construção social das crianças, os (as) professores (as) apontaram que na elaboração do planejamento buscam possibilitar que as crianças tenham acesso a um espaço no qual se sintam confortáveis e possam expressar suas emoções. Para os (as) professores (as), esta contribuição favorece positivamente o desenvolvimento psicossocial das crianças e auxiliar amplamente no processo de assimilação e construção mútua do saber. Infere-se, portanto, que os (as) professores (as) são conscientes sobre o seu espaço de trabalho e atuação humana.

[...] procuro adequar as atividades ao espaço físico da escola, fazendo com que os alunos se sintam confortáveis [...] e obtenham um bom desenvolvimento educacional. (Fala atribuída a professora 3).

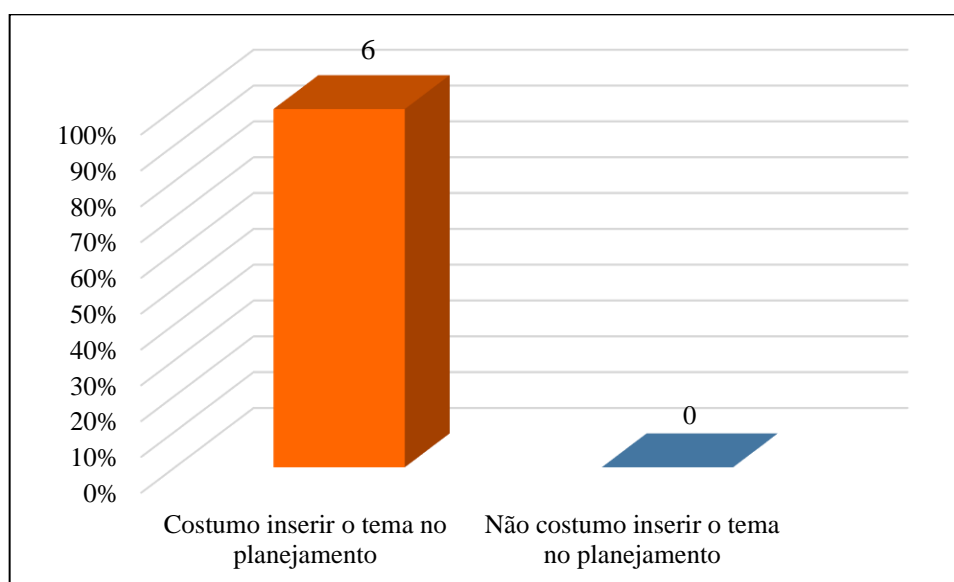
[...] o espaço escolar direcionado para a aprendizagem do alunado é fundamental para exercitar a cognição [...]. (Fala atribuída a professora 4).

[...] vejo isso como algo fundamental no processo de ensino aprendizagem por entender que uma boa organização dos espaços permite maior interação entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. (Fala atribuída a professora 5).

[...] planejo as atividades com base na realidade do espaço no qual as crianças estão inseridas [...]. (Fala atribuída a professora 6).

Na perspectiva do planejamento voltado para a organização dos espaços na Educação Infantil, as colocações apresentadas pelos (as) professores (as), sinalizam que “além dos cuidados corriqueiros, os professores precisam estimular fisicamente, psicologicamente e cognitivamente as crianças com experiências lúdicas e diversificadas [...]” (JESUS e GERMANO, 2013, p. 30).

Gráfico 1 - Percentual de professores (as) que afirmaram abordar o tema “organização dos espaços” em seus planejamentos pedagógicos



Fonte: elaboração própria do autor

O quantitativo de professores (as) que afirmaram inserir em seus planejamentos as questões vinculadas a organização dos espaços na Educação Infantil, demonstra que há nas instituições de ensino avaliadas uma clara preocupação em ofertar as crianças um ambiente favorável a melhoria do aprendizado e do desenvolvimento. Entretanto, não conseguimos identificar na pesquisa em que medida esses resultados quantitativos podem expressar a realidade de cada criança, uma vez que o estudo objetivou analisar, neste campo, apenas as percepções dos professores.

4.2 A concepção dos espaços pedagógicos na rotina dos professores: desafios e possibilidades

A concepção dos espaços pedagógicos na Educação Infantil deve ser vista como uma ação pensada de forma antecipada. As ações pedagógicas, por sua vez, precisam estar alinhadas com os anseios naturais das crianças (brincar, interagir, socializar, explorar, questionar etc.).

O espaço tem que possibilitar emergir todas as dimensões humanas (a lúdica, a fantasia, a artística, a imaginação, etc.), ou seja, propiciar à criança ampliar suas experiências e o mundo de referências afetivas, contribuir para a construção de sua identidade e compreensão do mundo, além de reforçar as habilidades de aprendizagem e comunicação e seu envolvimento em atividades e relações significativas (VIEIRA, 2009, p. 27).

Sem essa percepção, os espaços educacionais tornam-se apenas “depósitos” nos quais as crianças são alocadas para cumprir um determinado período do dia sobre a supervisão e cuidados básicos dos (as) professores (as). De acordo com Mello (2007, p. 21), a organização prévia dos espaços na Educação Infantil precisa ser:

[...] rica de materiais diversificados que a criança aprende a usar na relação com o adulto, que seja organizado e de livre acesso à criança, que permite sua experimentação livre e autônoma – além de provocar o exercício do pensamento e o conhecimento do mundo físico – possibilita a formação da identidade e da auto-estima positiva, provoca a convivência com as outras crianças, ensina a criança a buscar ajuda do educador quando necessário, provoca a convivência com os adultos da escola de forma mais participativa, menos controlada e menos dirigida imediatamente pelo outro adulto.

Nesta perspectiva, conforme aponta Souto, Gil e Saito (2015) os espaços tem em sua amplitude a reflexão da cultura daqueles que o habitam. É por meio do mesmo que as crianças constituem o conhecimento do mundo ao qual estão inseridas, isso ocorre devido as atividades realizadas em grupo, pois assim as crianças aprendem a conviver em sociedade compartilhando suas aprendizagens e cooperando com o próximo, mantendo relações significativas por meio do espaço.

Em se tratado da análise realizadas nas Escola, é perceptível que os professores reconhecem a importâncias destas dimensões.

Procuo manter o ambiente colorido, com cartazes, cantinho da leitura, da matemática, quadro de aniversariantes, jogos etc. (Fala atribuída a professora 1).

Organizo de forma que o espaço se torne um ambiente aconchegante e acolhedor [...] por meio de uma decoração adequada e estimulante e prazerosa, onde as crianças possam brincar, criar e recriar. (Fala atribuída a professora 2).

Contudo, apesar de a maioria dos (as) professores (as) avaliados (as) no estudo terem afirmado que organizam seus espaços de forma dinâmica, de modo que as crianças os explorem, para alguns a organização dos espaços pedagógicos foi citada como sendo uma condição posta como “fixa”.

Organizo [os espaços pedagógicos] de maneira fixa, fazendo com que os alunos se sintam confortáveis no espaço escolar. (Fala atribuída a professora 3).

O conceito de “ambiente fixo” apresentado pelo (a) professor (a) 3 em sua fala não fica claro e contrária, de certa forma, o que determina os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil. Para este documento “os espaços lúdicos infantis devem ser dinâmicos, vivos, “brincáveis”, exploráveis, transformáveis e acessíveis para todos”. (BRASIL, 2006, p. 8).

[Elaboro] o ambiente] de forma abrangente, para que desperte a curiosidade, amplie os níveis de fantasias das crianças e estimule a interação com a turma. (Fala atribuída a professora 4).

Organizo de maneira que todos sejam beneficiados, sintam-se confortáveis e tenham espaço para se expressar da melhor forma possível [...]. (Fala atribuída a professora 5).

Organizo de forma onde todos possam se locomover [...] e desenvolver as atividades no seu dia a dia. (Fala atribuída a professora 6).

Em contrapartida à colocação apresentada pelo (a) professor (a) 3, os (as) professores (as) 4, 5 e 6 – assim como o 1 e 2 – afirmaram que organizam seus espaços levando em consideração a dinâmica interacional das crianças com os seus pares e o ambiente no qual estão inseridos.

4.3 O papel das crianças na construção dos espaços na Educação Infantil: atores ou coadjuvantes?

O envolvimento das crianças na organização dos espaços pedagógicos na Educação Infantil é um momento fundamental de construção da identidade, da autonomia e do espírito de colaboração mútua. No processo de organização dos espaços pedagógicos, os (as) alunos (as)

devem ser estimulados a construir coletivamente os seus cantos. Neste dinâmico processo, elas tornam-se capazes de desenvolver o senso de organização e respeito pelo seu espaço e o dos seus pares. Ao serem questionados (as) se os alunos auxiliam na construção dos espaços ou apenas usufruem daquilo que está pronto no ambiente escolar, as respostas apresentadas foram as mais variadas possíveis e demonstraram que neste campo ainda há muitas lacunas a serem superadas. A preocupação mais consistente recaiu sobre a pouca amplitude que os professores apresentaram em suas respostas.

Nesta perspectiva, o (a) professor (a) 1 afirma que

Quanto aos cartazes, faço sozinha. Quanto aos jogos trabalhamos coletivamente, no qual todos participam também os deixo livres para que mostrem sua criatividade através dos desenhos que são expostos na sala de aula. (Fala atribuída a professora 1).

A participação das crianças na construção dos espaços implica considerar de forma factual a sua ativa condição como atores de transformação. Neste sentido, a concepção de criança como ator social acentua a importância de levar em conta a sua ação nos seus mundos sociais educativos, considerando as crianças como “co-implicadas na prática pedagógica”, como caminho fundamental para que se possa refletir e desinstaurar práticas educativas centradas no professor, e para que possamos pensar em alternativas para o “envolvimento ativo das crianças como co-decisoras”, a fim de que se promovam vivências participativas, radicadas numa “socialização democrática” (SARMENTO, 2005).

Essas concepções práticas, no entanto, não foram percebidas com clareza na fala dos (as) professores (as).

Geralmente eles usufruem do que já está pronto, embora isso dependa muito da atividade que vai ser trabalhada. (Fala atribuída a professora 2).

Eles apenas usufruem daquilo que já está pronto. (Fala atribuída a professora 3).

Dependendo da atividade trabalhada em sala, os alunos participam ativamente da organização do ambiente. (Fala atribuída a professora 4).

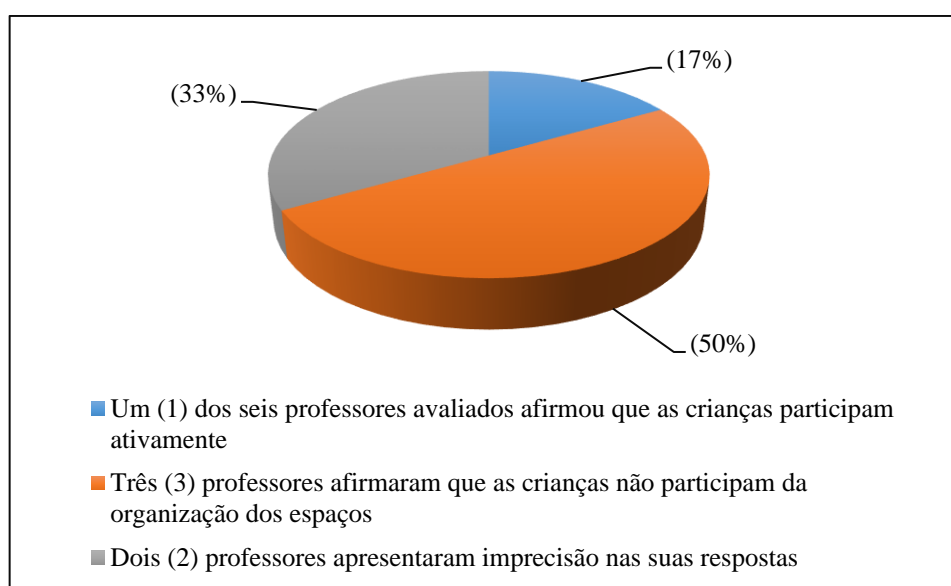
Além da não clareza sobre a participação das crianças no processo de construção dos espaços, as respostas desvelaram, por vez, para outros campos que não necessariamente o abordado no questionamento.

Busco estimular-los a construir, inovar o conhecimento; pôr em prática ações que lhes permitam desenvolver a criatividade e construir sua personalidade. (Fala atribuída a professora 5).

Busco utilizar as duas formas, tanto coletivamente como também dos espaços que eu mesmo idealizo. (Fala atribuída a professora 6).

Para os (as) professores (as) 5 e 6, as respostas não se distanciam totalmente dos elementos que devem nortear as práticas participativas das crianças nos espaços escolares, pois os elementos citados (estímulo a participação, censo de coletividade etc.) são fundamentais para o desenvolvimento das crianças. Entretanto, fica evidente uma certa imprecisão entre o que é desenvolvido pelos professores e aquilo que é proposto pelas crianças no âmbito escolar.

Gráfico 2 - Percepção dos professores sobre o papel das crianças na construção dos espaços na Educação Infantil



Fonte: elaboração própria do autor

A compreensão a que se chega ao analisar os dados apresentados no gráfico é de que os (as) professores (as) ainda trabalham numa perspectiva independente, ou seja, pensam constroem e executam suas atividades sem a intervenção e ativa participação dos alunos. Esta realidade reflete, possivelmente, as dificuldades em articular as concepções teóricas apresentadas nos currículos e nos projetos políticos pedagógicos com a efetiva prática desenvolvida no âmbito da sala de aula.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os estudos realizados para a presente pesquisa, assim como os aspectos observados e discutidos a partir da coleta dos dados, cujo objetivo geral foi investigar como os professores de duas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Cuité de Mamanguape, Paraíba, organizam o seus espaços na Educação Infantil, verificou-se que as concepções práticas apresentadas na fala dos professores perpassam por dimensões que superam substancialmente os elementos constantes nas propostas curriculares e pedagógicas das escolas investigadas.

Neste sentido, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou a análise da percepção dos (as) professores (as) sobre a importância do espaço na Educação Infantil, demonstrando que mesmo havendo uma clara vontade pelo desenvolvimento de um trabalho coeso e comprometido com os aspectos vinculados ao desenvolvimento das crianças pequenas, ainda são inúmeros os desafios a serem superados.

Do ponto de vista conceitual, os (as) professores (as) demonstraram compreender a importância dos espaços e da sua relação com o desenvolvimento das crianças. Esta tese pode ser evidenciada a partir do quantitativo de professores que apontaram contemplar em seus planejamentos, os aspectos inerentes a organização dos espaços na Educação Infantil.

Desta forma, identificou-se que a prática do planejamento possibilita aos professores encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças. No entanto, o planejamento deve ser compreendido aqui como uma meta ser atingida, sendo a sua concretização uma ação sempre mais ampla do que o ato de planejar.

Nesta perspectiva, em se tratando sobre o modo como os professores apontaram conceber os espaços pedagógicos na Educação Infantil, as respostas levaram para campos divergentes. Enquanto para alguns a organização dos espaços deve seguir a dinâmica social e comportamental das crianças, para outros estes espaços devem ser um elemento fixos, no qual são as crianças que se adaptam aos ambientes e não os ambientes que se adaptam as crianças.

Na dinâmica do trabalho pedagógico, em especial daquele desenvolvido com crianças de 0 a 5 anos, considera-se esta posição como dúbia, pois conforme determina os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, “os espaços lúdicos infantis devem ser dinâmicos, vivos, “brincáveis”, exploráveis, transformáveis e acessíveis para todos”. (BRASIL, 2006, p. 8).

Esta posição aponta também que as crianças da Educação Infantil das escolas avaliadas têm tido um papel muito mais secundário na construção na organização dos espaços pedagógicos do que sujeitos ativos na transformação destes.

A participação das crianças na construção dos espaços implica considerar de forma factual a sua ativa condição como atores de transformação. Neste sentido, a concepção de criança como ator social acentua a importância de levar em conta a sua ação nos seus mundos sociais educativos, considerando as crianças como “co-implicadas na prática pedagógica.

Assim sendo, compreendemos que para garantir que os espaços pedagógicos sejam vistos como parte essencial na Educação Infantil é preciso ampliar o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino, principalmente no tocante a reformulação dos currículos, e ampliar o investimento na formação dos (as) professores (as). Estas políticas públicas, se amplamente efetivadas, podem contribuir com a melhoria da Educação Infantil, no sentido de torná-la mais democrática e humana para aqueles cuja história persistiu denegar, quais sejam: as crianças pequenas.

Portanto, esperamos que este trabalho amplie o debate, tanto no âmbito acadêmico como social, sobre como os espaços na Educação Infantil vem sendo concebidos, refletindo a importância do cuidado, da socialização, da participação democrática e do efetivo reconhecimento das crianças como sujeitos de direito a uma educação justa e alinhada com as suas necessidades globais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003. 174 p.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 141 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Básica, 2006 Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf> Acesso em: 09 de março de 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dezembro de 2009.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 37 p.

CORREA, Bianca Cristina. **Políticas de Educação Infantil no Brasil: ensaios sobre os desafios para concretização de um direito**. *Jornal de Políticas Educacionais*. Universidade Federal do Paraná (UFPR), v. 5, n. 9, p. 20-29, jan. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/25172>>. Acesso em: 11 março de 2018.

DORNELLES, Leni Vieira. **Na Escola infantil Todo Mundo Brinca se Você Brinca**. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORNEIRO, Lina Iglesias. **A Organização dos Espaços na Educação Infantil**. In: Artmed, 2007. p. 229-281.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo [Org.]. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 18 abril de 2018.

JESUS, Degiane Amorim Dermiro de; GERMANO, Jéssica. **A importância do planejamento e da rotina na Educação Infantil**. II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa do

CEMAD - Docência na Educação Superior: Caminhos para umas práxis transformadoras. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2013.

MATOS, Juliana Mendes de. **A organização do espaço da Educação Infantil: a perspectiva das crianças.** In: XII EDUCERE, III SIRSSE, V SIPD e IX ENAEH, 2015, Paraná. Anais eletrônicos. Paraná: PUCPR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/015/21037_10391.pdf> Acesso em: 21 maio de 2018.

MELLO, Suely Amaral. **As práticas Educativas e as conquistas de desenvolvimento das crianças pequenas.** In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria (Organizadoras) Infância e práticas educativas. Maringá: Eduem, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância.** Educação & Sociedade, [s.l.], v. 26, n. 91, p. 361-378, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302005000200003>. Acesso em: 03 de março de 2018.

_____. **Crianças: educação, culturas e cidadania ativa refletindo em torno de uma proposta de trabalho.** Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9857/9109>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

SOUTO, Debora Luppi; GIL, Gabriela Fiori; SAITO, Heloisa Toshie Irie. **A organização do espaço na Educação Infantil: algumas reflexões.** XII EDUCERE, 2015, Paraná. Anais eletrônicos: PUCPR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19394_7935.pdf> Acesso em: 10 fevereiro de 2018.

VIEIRA, Eliza Reverso. **A reorganização do espaço da sala de Educação Infantil: uma experiência concreta à luz da Teoria Histórico-Cultural.** 2009. 123 f. Tese (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, SP. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/vieira_er_me_mar.pdf> Acesso: 19 de março de 2018.

APÊNDICES



Universidade Federal da Paraíba - UFPB
 Unidade de Educação à Distância
 Centro de Educação - CE
 Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
 Pedagogia - Modalidade Educação a Distância



Prezados/as Professores/as,

Solicitamos a sua colaboração na resposta deste questionário. Afirmamos que as informações serão preservadas.

Os dados coletados subsidiarão uma das etapas da pesquisa que tem como título:

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CUITÉ DE MAMANGUAPE - PB

<p>Nome (opcional): _____</p> <p>Instituição de ensino na qual atua: _____</p> <p>Sexo: () Masculino () Feminino () Outros</p>
<p>Nível de escolaridade:</p> <p>() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto</p> <p>() Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto</p> <p>Área de Formação: _____</p>

1) No planejamento das atividades pedagógicas, você procura contemplar questões que tratem da organização dos espaços e sua importância para o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil?

2) Como você organiza o ambiente da sala de aula?

3) No processo de organização dos espaços, os (as) alunos (as) constroem coletivamente ou apenas usufruem daquilo que está pronto?

4) De que forma você organiza o tempo das atividades de acordo com o ritmo de aprendizagens dos alunos?

5) A Educação Infantil exige atividades específicas e demanda tempos distintos de acordo com as necessidades das crianças. Neste sentido, quais recursos pedagógicos são utilizados com mais frequência pelas crianças em sala de aula?

6) Com base em suas observações diárias no ambiente escolar, como os (as) alunos (as) com os quais você trabalha conseguem interagir com os espaços?

7) Na escola há recursos pedagógicos que auxiliam no processo de interação das crianças, tais como: música, brinquedos, plantas, espaço com areia, água, terra etc.

8) A comunidade escolar costuma apresentar propostas que envolvam trabalhos coletivos para criar um ambiente mais favorável tanto para as crianças quanto para os demais membros da escola, inclusive os pais?

9) Os espaços nos quais a Educação Infantil se desenvolve não são homogêneos e sua dinâmica reflete todo um contexto social cuja análise somente pode ser percebida a partir do olhar real sobre a prática cotidiana do ambiente escolar. Neste sentido, como você, enquanto professor (a) avalia o ambiente no qual atua?

10) Quais os principais desafios para a implementação de um espaço pedagógico que atenda às necessidades das crianças da Educação Infantil?

Espaço para observações gerais do pesquisador
